

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Relatório de Atividades

Contas do Exercício

2018



Índice

I. Introdução	pág. 2
II. Valências Sociais	pág. 3
Valência Sénior	pág. 3
1.1. Estrutura Residencial Sousa Freire	pág. 4
1.2. Estrutura Residencial Lúcia Lousada	pág. 4
1.3. Análise global das ERPI's Sousa Freire e Lúcia Lousada	pág. 5
1.4. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	pág. 7
1.5. Residência Comunitária de Casais	pág. 8
Valência Infância	pág. 8
1.6. Infantário	pág. 8
1.7. Cantina Social	pág. 10
1.8. Loja Social	pág. 11
1.9. Rendimento Social de Inserção (RSI)	pág. 11
1.10. Rede Local de Intervenção Social (RLIS)	pág. 14
III. Valência Saúde	pág. 16
1.1. SAP	pág. 17
1.2. Análises Clínicas	pág. 18
1.3. Consulta Externa	pág. 18
1.4. Medicina Física de Reabilitação	pág. 20
1.5. Imagiologia	pág. 21
1.6. Cirurgias	pág. 21
1.7. Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação	pág. 23
IV. Recursos Humanos	pág. 25
1.1. Recursos Humanos	pág. 25
V. Evolução Económica	pág. 27
1a) Rendimentos	pág. 27
1b) Gastos	pág. 27
2. Análise Económico-financeira	pág. 28
VI. Demonstrações Financeiras	pág. 30
Balanço	pág. 31
Demonstração de Resultados por Natureza	pág. 32
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2016	pág. 33
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2017	pág. 34
Demonstração de Fluxos de Caixa	pág. 35
Demonstração de Resultados por Valência	pág. 36
VII. Anexo	pág. 38
VIII. Certificação Legal das Contas	pág. 56
IX. Ata do Conselho Fiscal	pág. 57
X. Ata da Mesa Administrativa	pág. 58



I. Introdução

Aos Prezados Irmãos,

De harmonia com o estabelecido na Lei do Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, vem submeter à aprovação, discussão e votação da Assembleia-Geral de Irmãos o Relatório de Atividades, Contas, Parecer do Conselho Fiscal e Certificação das Contas referentes ao exercício económico de 2018. O presente relatório de atividades da Santa Casa da Misericórdia de Lousada pretende ser um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano.

A sua estrutura assenta na descrição da operacionalidade de 2018 nas diversas valências e nas prioridades de gestão da Mesa Administrativa, tendo por base a missão, visão, valores, qualidade, ética e conceito de marca da Instituição. Divulga também em síntese a orientação definida no desenvolvimento integral da Instituição, na aproximação à comunidade e aos seus problemas, na procura do equilíbrio financeiro e na definição e arranque de obras estruturantes para a sua competitividade e sustentabilidade presente e futura. Em 2018 continuou a assistir-se a um momento de grande constrangimento socioeconómico, com patamares elevados de desemprego, pobreza e exclusão social, pelo que a Santa Casa da Misericórdia de Lousada pretendeu estar presente na defesa da comunidade mais desprotegida.

A administração da Irmandade funcionou em perfeita regularidade, reunindo a Mesa Administrativa duas vezes por mês, tendo a Assembleia-Geral reunido em Março e Novembro ordinariamente, a primeira, para discussão e aprovação das contas referentes ao exercício de 2017, a segunda para apresentação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

Em relação às parcerias já existentes, CLAS (Conselho Local de Ação Social), CIIAD (Comissão Integrada para o Idoso e Adulto Dependente), Agrupamento de Escolas de Lousada (no âmbito do Conselho Geral, como Representante Local), Representação no Conselho Municipal de Educação no âmbito das IPSS, Rede Social de Lousada, Protocolo de RSI (Rendimento Social de Inserção) e da parceria com o Ministério da Segurança Social, no âmbito da ação social através da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), todas funcionaram em perfeita articulação entre as partes.

A Instituição é um relevante parceiro social na região, sendo o resultado do trabalho de todos quantos nela trabalham, bem como pela confiança depositada pelas Famílias quer pelos seus filhos, pelos seus pais ou familiares, que numa fase mais adiantada da vida necessitam de cuidados mais próximos e atentos. O trabalho desenvolvido só foi possível pelo empenho, dedicação e bondade de todos quantos estão envolvidos neste projeto da Instituição, por isso, a todos uma palavra de apreço e agradecimento.

O Provedor

José Carlos de Bessa Machado



II. Valências Sociais

Valências Sénior

O conceito de envelhecimento ativo e saudável traduz a possibilidade da pessoa idosa permanecer autónoma e capaz de cuidar de si própria, no seu meio, ainda que com recurso a apoios, tanto quanto possível.

No entanto a realidade mostra, que há um número considerável de pessoas idosas que não encontram uma resposta adequada nesse meio. Na ausência de resposta no seu meio natural de vida – o familiar – os idosos necessitam de empenho e competência nas respostas sociais para que as dimensões, física, psíquica, intelectual, espiritual, emocional, cultural e social da vida de cada indivíduo possam por eles ser desenvolvidas sem limitações dos seus direitos fundamentais, a identidade e a autonomia.

À semelhança da realidade nacional são cada vez mais os idosos do concelho de Lousada com necessidades de apoio, cuidados especializados e permanentes, num progressivo envelhecimento demográfico correspondente a uma longevidade crescente.

As pessoas idosas quando se encontram em situações que reclamam apoio necessitam de respostas com qualidade, assim, a Santa Casa da Misericórdia de Lousada oferece um conjunto de serviços desenvolvidos na perspectiva do reconhecimento do direito dessas pessoas idosas à plena cidadania, à igualdade de oportunidade e à participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Destacam-se assim, as duas Estruturas Residenciais para pessoas idosas, a ERPI Sousa Freire e ERPI Lúcia Lousada bem como Residência Comunitária de Casais que assistem 60 e muito brevemente 48 e 8 utentes, respectivamente.

Estas são respostas sociais que visam a satisfação das necessidades dos seus residentes, através da prestação de serviços tais como, alojamento, alimentação, higiene pessoal, cuidados de conforto, tratamento de roupa, apoio psicossocial, cuidados médicos, de enfermagem e animação/ocupação, com atividades diárias programadas que visam aumentar o bem-estar de todos os utentes. A atividade assistencial na SCML promove a inovação dos serviços para assim dar resposta às problemáticas associadas a esta medida de forma proactiva.

Na área social, tanto nas valências Sénior - Estrutura Residencial Sousa Freire, Estrutura Residencial Lúcia Lousada, como na Residência Comunitária de Casais, Apoio Domiciliário e Infantil, foram desenvolvidas todas as ações programadas no Plano de Atividades. Com a disponibilização e aplicação do Plano de Atividades dos utentes, conseguiu-se facilitar aos mesmos uma ocupação mais adequada do seu tempo, fomentando assim uma maior autonomia e integração social.



O trabalho desenvolvido nas ERPI's e Residência de Casais durante o ano de 2018 deu continuidade à priorização da importância da prestação de um serviço de proximidade, personalizado e humanizado no cuidado ao utente fomentando a sua qualidade de vida e bem-estar enquanto indivíduo.

Em todas as valências sociais está implementado o Plano Individual de Cuidados (PIC), que tem por objetivo o planeamento/acompanhamento do utente ao longo de todo o ano, com o objetivo de promover a aquisição/manutenção de competências, a caracterização do utente de acordo com a faixa etária e as necessidades do mesmo, em sintonia com a retaguarda familiar. A sua elaboração apoia-se nas áreas técnicas de animação, psicologia, clínica, enfermagem e assistência social.

1.1. Estrutura Residencial Para Idosos - Sousa Freire

Esta Estrutura Residencial de utilização permanente para pessoas idosas em situação de risco e/ ou perda de autonomia, tem uma capacidade para 60 Utentes. O ano de 2018 manteve a tendência dos últimos cinco anos, com a sua capacidade instalada totalmente preenchida e uma procura consistente ao longo do ano. Caracteriza-se por ser uma valência, com uma faixa etária bastante elevada em que cerca de 63,3% dos utentes tem idade superior a 80 anos, enfatizando-se a tendência dos últimos cinco anos, com o agravamento do peso desta faixa etária.

O ISS subsidia cada idoso institucionalizado em 383,16€/mês, no entanto o custo médio do utente na ERPI Sousa Freire foi em 2018 de 1150,67€. A importância desta informação não é apenas económica, permite reflectir o que custa a cada um de nós, possíveis cuidadores ter que desembolsar para potenciar bem-estar físico e psicológico aos nossos ascendentes. A comparticipação familiar também é possível neste contributo, mas a grande maioria dos casos que nos chegam são compostas apenas pela % da reforma do utente.

1.2. Estrutura Residencial Para Idosos - Lúcia Lousada

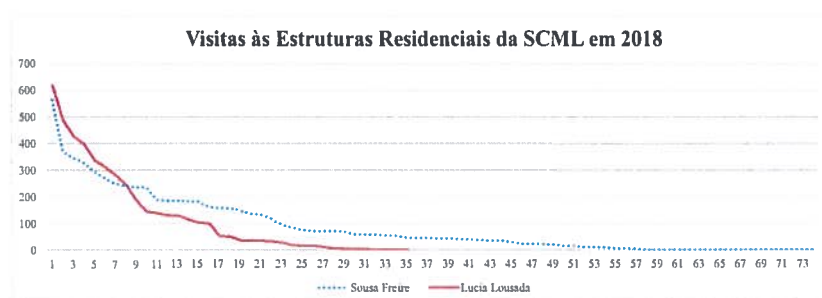
A ERPI Lúcia Lousada, com 15 quartos duplos no primeiro andar com capacidade para 30 utentes encontrava-se totalmente ocupada, o segundo andar com 11 suítes, tinha sete disponíveis no final do ano. A ERPI Lucia Lousada esteve ao longo de 2018 em obras em todos os pisos com o objectivo de melhorar a sua infra-estrutura. No piso das suítes em breve estas serão transformadas em quartos duplos ou individuais o que dará uma capacidade instalada prevista para 48 utentes, 30 protocoladas e 18 privados (com preçário definido para quarto duplo e quarto individual). A legalização do equipamento na sua componente privada assim o obrigava, o próprio edifício também apresentava carências praticamente desde a sua construção, por isso prevê-se que nos próximos anos estas melhorias físicas possam aumentar o conforto dos utentes e bem-estar dos colaboradores. Esta valência caracteriza-se por ter 66% dos utentes com idade superior a 80 anos, mantendo-se a tendência dos últimos anos tal como na ERPI Sousa Freire.



[Handwritten signature]

Assim como na ERPI Sousa Freire, a ERPI Lucia Lousada recebe por cada idoso institucionalizado 383,16€/mês, do ISS, no entanto o custo médio de cada utente é 1632,39€/mês. A estrutura de custos aqui ainda é mais pesada uma vez que as exigências com os RH's, para o número de elevado de acamados que possui o equipamento face aos rendimentos, cria grandes constrangimentos financeiros em qualquer economia de escala que se pretenda aplicar.

1.3. Análise global das ERPI Sousa Freire e Lúcia Lousada



Da análise das visitas aos utentes das ERPI's da SCML verifica-se que a ERPI Sousa Freire teve 6465 visitas, com uma média por utente de 87,36 visitas. Um quarto dos utentes recebeu 72% das visitas e 17 utentes (23%), não teve qualquer visita.

Na ERPI Lucia Lousada teve 4468 visitas, com uma média por utente de 127,66 visitas. Um quarto dos utentes teve 74% das visitas e 4 utentes (11%) não teve qualquer visita.

Verifica-se em ambas as Estruturas que a metade dos utentes mais visitados recebeu mais de 93% das visitas efectivas de acordo com a tendência verificada no ano transacto.

ERPI Sousa Freire	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Admissões	9	9	10	10	10	13	24
Saídas	8	12	7	10	10	10	25
Desistências	1	3	0	0	0	0	0

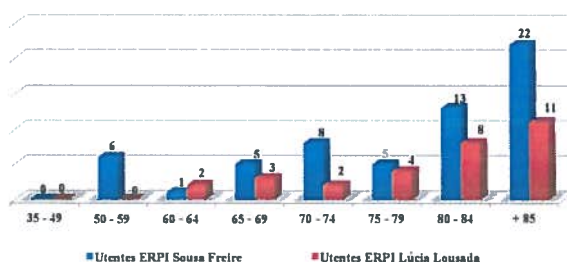
ERPI Lucia Lousada	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Admissões	6	3	5	5	4	2	6
Saídas	4	5	5	5	4	3	6
Desistências	0	0	0	0	0	0	0

Na ERPI Sousa Freire o número de admissões teve um incremento de dez utentes face ao último ano, no que diz respeito às saídas houve um incremento em 15 utentes em relação ao ano de 2017. No que concerne à ERPI Lúcia Lousada, houve um acréscimo de quatro utentes e três utentes em relação ao item admissões e saídas respectivamente face ao ano transacto.



[Handwritten signature and initials]

Faixa Etária Utentes Residentes nas Estruturas Residenciais da SCML



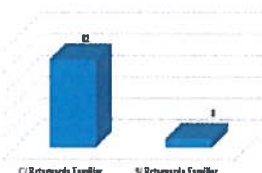
Através da análise gráfica constata-se, que os utentes destas duas ERPI's mantêm a tendência dos últimos anos, situando-se na sua maioria na faixa etária acima dos 80 anos. Tendo como instrumento de trabalho a escala de *Barthel* aplicada aos idosos destes dois equipamentos, observa-se que 14,44% se encontra com um grau de dependência total e 28,89% com um grau de dependência elevado, de notar que nestes dois graus de dependência tem vindo a agravar-se o peso do intervalo destes dois itens nos últimos anos.

Assim, é de realçar que os idosos apresentam como principal problema a necessidade de apoio constante e permanente por parte de terceiros para que sejam asseguradas as suas actividades de vida diária, como higienizar-se, alimentar-se, ou seja, os utentes necessitam cada vez mais de cuidados diferenciados e especializados.

Grau de Dependência dos Utentes das Estruturas Residenciais



Retaguarda Familiar dos Utentes nas Estruturas Residenciais



Estes utentes possuem em termos absolutos na sua maioria, retaguarda familiar, embora esta continue a não se traduzir no aumento de visitas efetuado. A comparticipação dos utentes continua a ser insuficiente pois não comporta o valor necessário a colmatar os custos de operacionalidade destas duas respostas como anteriormente se viu com o elevado grau da dependência adquirida pelos utentes e pelas exigências que os cuidados destes preconizam em termos financeiros. Contrariando os últimos anos, houve um acréscimo global das comparticipações familiares na ordem dos 2%.

Total de Comparticipações Familiares/Ano Estruturas Residenciais





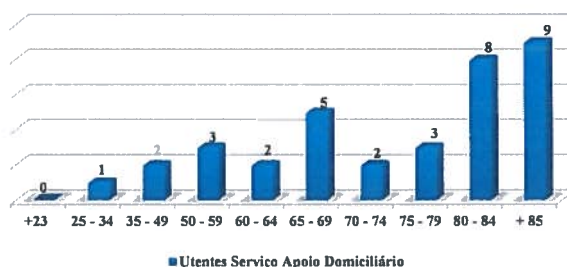
Handwritten signatures and initials in blue ink.

1.4. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O SAD é uma resposta que visa garantir a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a permanência no domicílio e retardando a institucionalização em ERPI's. Constitui uma resposta social organizada à qual os utentes em situação de dependência conseguem obter uma melhoria da qualidade de vida dos próprios/ famílias, daqueles que ainda possuem retaguarda, com o objectivo de retardar a institucionalização, assegurar a satisfação de necessidades básicas, prestação de cuidados de saúde ou referênciação nesse sentido, priorizando o seu equilíbrio e bem-estar.

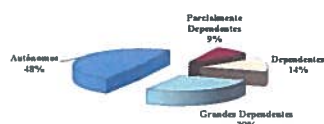
Esta valência protocolada para 36 utentes, teve ao longo do ano económico de 2018, uma procura convergente com a tendência do ano transacto, teve a sua taxa de ocupação próximo dos 100%. A componente de prestação de cuidados de saúde foi assegurada pelos Centros de Saúde da área de referência dos utentes, para os que necessitam deste tipo de apoio. Nesta valência o montante pago pelo ISS é de 175,23€/mês com a contratação dos cinco serviços. O custo médio de cada utente nesta resposta foi em 2018, 398,68€/mês.

Faixa Etária dos Utentes do Serviço de Apoio Domiciliário



Dos utentes enquadrados nesta medida, 48,57% está acima dos 80 anos. De salientar também aqui, que 29% dos utentes estão referenciados como grandes dependentes ou dependentes (14%) e 9% como parcialmente dependentes. No entanto, mantendo a tendência do último ano existe na amostra 48% de utentes autónomos. Relativamente à retaguarda familiar constata-se que 77,14% dos utentes que integram esta resposta possuem alguma rede familiar/cuidadora.

Grau de dependência dos Utentes Serviço Apoio Domiciliário



Retaguarda Familiar - Utentes Serviço Apoio Domiciliário





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

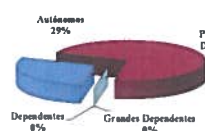
1.5. Residência Comunitária de Casais

Esta valência com capacidade para 8 utentes, esteve em 2018 uma ocupação praticamente na sua capacidade máxima. Assim como nos últimos anos e até pela caracterização desta valência (que pressupõe maior autonomia), a amostra é constituída por um intervalo de idades mais amplo, mantendo-se a tendência do ano anterior. Aqui, 71,14% dos seus utentes possuem retaguarda familiar mantendo a tendência do ano transacto. Tal como em 2017 o nível de autonomia desta resposta distribui-se de forma preocupante, uma vez que em 2018, 71% dos seus ocupantes estão parcialmente dependentes, o que os torna propensos à institucionalização numa das ERPI's. Apenas dois utentes são autónomos.

Faixa Etária Utentes - Residência Comunitária de Casais



Grau de Dependência dos Utentes Residência de Casais



Retaguarda Familiar - Residência Comunitária de Casais



Valencia Infância

1.6. Infantário

A Santa Casa da Misericórdia de Lousada está atenta à procura de novas respostas para as necessidades da população e tem cumprido ao longo da sua história, com o apoio social imprescindível à melhoria das condições de vida da comunidade, nesse âmbito procura responder às necessidades das famílias activas no mercado de trabalho e com crianças em idade de creche ou pré-escolar, numa prestação de serviços educativos e humanizados.

Os nossos serviços prestam apoio a um público que se insere entre crianças dos 4 meses aos 6 anos a vários níveis tais como da alimentação, conforto, higiene e actividades pedagógicas visando o desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e socio-afetivas.



Cientes de quão importantes são os primeiros anos de vida no desenvolvimento das crianças, a Valência dispõe de condições pedagógicas e físicas (salas de atividades, equipamentos e materiais adequados, pessoal qualificado) que permitem assegurar eficazmente o acompanhamento dos utentes que iniciaram o seu percurso ainda muito pequenos nesta Instituição.

Consciente que o grau de satisfação das famílias é elevado no que respeita à nossa Instituição e respetivas respostas sociais, continua a dar-se resposta a todos os que procuram os nossos serviços e a proporcionar um ambiente físico, social e afetivo onde a segurança e bem-estar dos utentes seja assegurado. Tendo em conta as condições físicas existentes foi solicitado a ampliação da capacidade instalada do pré-escolar de 60 utentes para 75 (autorizado a partir do ano lectivo 2019), embora apenas se mantenham protocolados com o ISS Porto, protocolo para as 60 crianças.

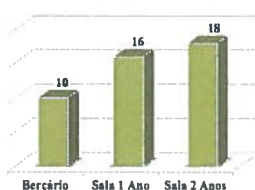
Nesta valência foi cumprido o Plano de Atividades do Infantário que contou com um grande número de ações, desde as atividades diárias da Valência às atividades extracurriculares, tais como, aulas de música, inglês, ginástica, visitas pedagógicas, praia e piscina e ainda este ano a título experimental a dança.

Além da planificação das atividades deve ser realçado que também aqui se encontra implementado o PIC (Plano Individual de Cuidados), tanto a nível da creche como do pré-escolar, que tem por objetivo promover a aquisição de competências que as crianças ainda não adquiriram de acordo com o previsto para a sua faixa etária e à manutenção das competências já adquiridas. O PIC é revisto sempre que necessário e para esta avaliação é tida em consideração os resultados do projeto pedagógico e plano de atividades previsto para a sala onde a criança está inserida.

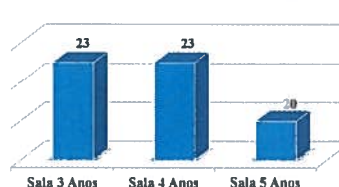
Neste ano letivo pretendeu-se consolidar a qualidade dos serviços prestados, reforçando a logística dos mesmos, com vista a maximizar a qualidade, desenvolvendo continuamente a cultura do cuidado holístico, assente na humanização e individualidade dos serviços prestados aos utentes.

Esta Valência com capacidade para 110 crianças, teve ao longo de 2018, quase 100% de ocupação (98,18%). Face ao período homólogo de 2017 manteve a tendência da procura.

Nº Utes em Creche - 2018

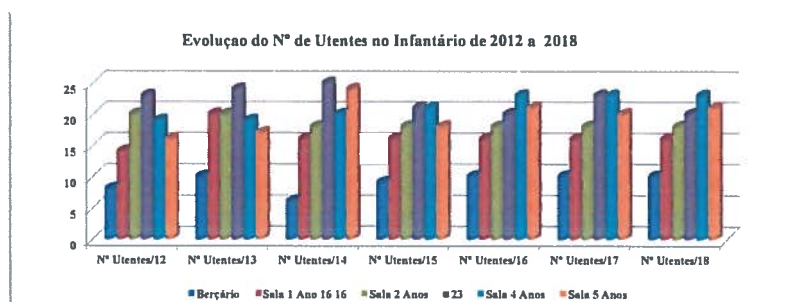


Nº Utes em Pré-escolar - 2018





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

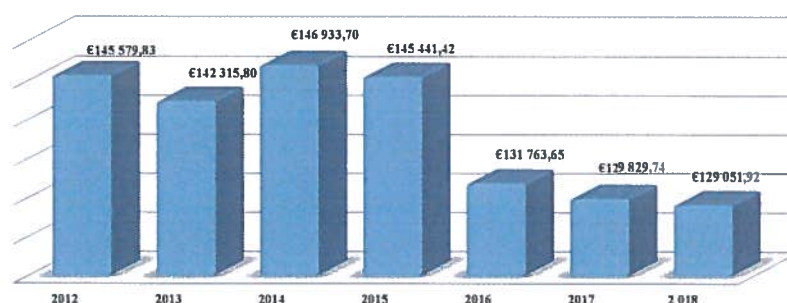


Relativamente ao ano anterior a tendência manteve-se no nº de crianças a frequentar o equipamento, assim como no reflexo na componente financeira que continua a não acompanhar este crescimento, mantendo-se a tendência da quebra da comparticipação das famílias no exercício económico de 2018 (0,6%), tal como no ano transacto.

De salientar que o subsídio atribuído pelo ISS, por criança na creche foi de 264,61€ e no pré-escolar de 175,23€, no entanto o custo médio na creche por criança é de 434,21€/mês e no pré-escolar de 473,31€/mês.

A média de comparticipações familiares por utente foi de cerca de 108,63€ (mais 5,3% em relação ao ano lectivo 2017-2018) que ainda pode ser explicado pela incerteza ao nível do emprego, a estagnação salarial que se reflecte na pouca alavancagem no orçamento familiar dos agregados. Ora, tendo em conta o tipo de serviço prestado, o impacto de RH's com competências técnicas para a prática pedagógica, o custo fixo do serviço e todas as actividades existentes, estas, tornam o serviço prestado, deficitário, do ponto de vista da sua sustentabilidade.

Total de Comparticipações Familiares/Ano do Infantário



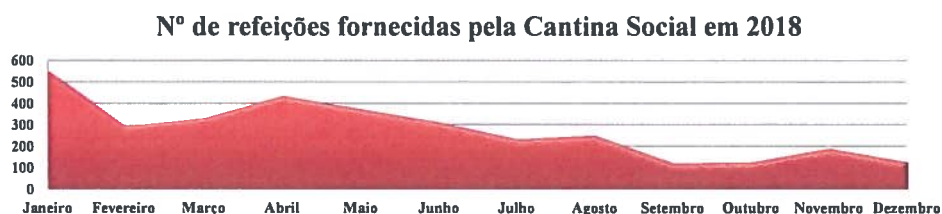
1.7. Cantina Social

Apesar do Protocolo com o Estado ter terminado no final de 2017, conforme deliberação da Mesa Administrativa, a SCML continua embebida do espírito de dar de comer a quem tem fome. Nessa perspectiva tem desenvolvido esta actividade com os utentes, através da rede social existente no concelho, rede, essa, que detecta as necessidades e as sinaliza. Alguns agregados da medida do RSI também usufruem da resposta.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em 2018 foram fornecidas 3333 refeições, o que em termos diários representa uma média de fornecimento de 9,13 refeições, o que demonstra que a medida apesar da redução do nº de refeições continua a ser necessária no concelho.



1.8. Loja Social

A loja Social é uma área da SCML, que como o próprio nome indica é uma loja que vende pronto-a-vestir, calçado e outros artigos de criança e bebé/puericultura a um preço simbólico. Esta ideia surge para que todos percebam que a um preço social podem adquirir uma peça em bom estado e lavado, cedido por particulares e algum comércio, e até devolver para que possa se estiver em bom estado ajudar outro que assim precise. A ideia do preçário simbólico prende-se na essência com a preocupação da reeducação de alguns agregados destruturados e referenciados, mas também pode ser usada por qualquer um de nós que pretenda adquirir um artigo.

Esta actividade só é possível graças à boa vontade de um grupo de voluntários que humanizam esta causa e que de forma altruísta prestam um apoio social permanente aos mais desprotegidos, referenciados pelas várias equipas técnicas que constituem a Rede Social de Lousada.

1.9. Rendimento Social de Inserção (RSI)

Este serviço encontra-se em funcionamento desde 1 de agosto de 2007 e visa o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional, as quais compreendem a elaboração do relatório social, do contrato de inserção e da medida de acompanhamento do cumprimento do contrato de inserção. Este acordo entre o Ministério da Segurança Social e a SCML prevê a obrigatoriedade de acompanhar anualmente 140 agregados familiares.

As pessoas para receberem o RSI celebram e assinam um contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional. O valor máximo de RSI corresponde à soma dos seguintes valores por cada elemento que constitui o agregado familiar.

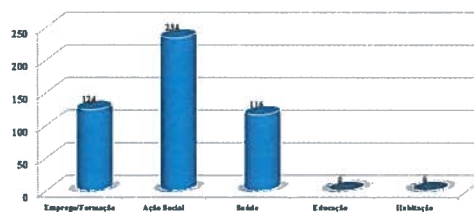


Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Elemento	Ponderação	Valor
Titular	100%	186,68 €
P/ cada adulto	70%	130,68 €
P/ cada menor	50%	93,34 €

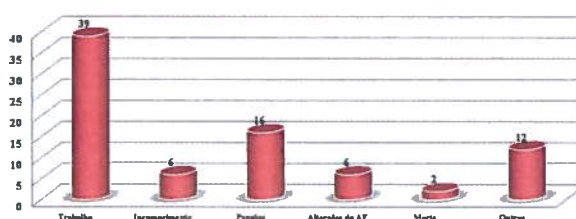
Nº de famílias acompanhadas em 2018	245
Nº de CI celebrados	158
Visitas Ajudante	30
Nº total de acções contratualizadas	474
Nº de famílias acompanhadas a 31 dezembro de 2018	164
Nº de processos cessados	81
Transferências	7

Domínio das Acções constantes no CI's



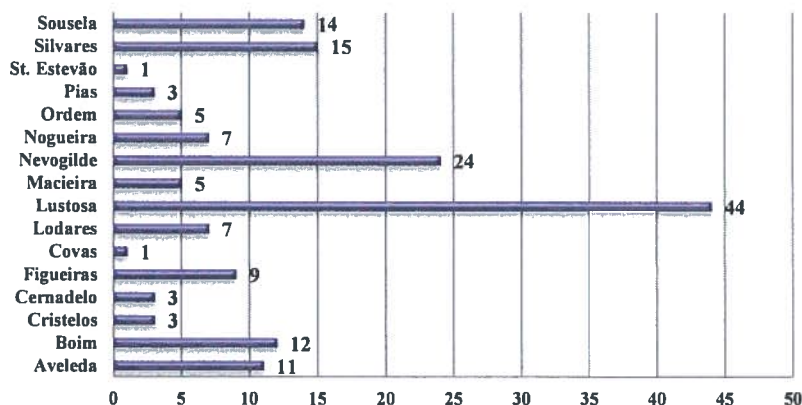
No entanto a equipa durante o ano de 2018 movimentou um total de 245 processos familiares e tinha a 31-12-2018, 164 processos com um total de 319 beneficiários. Nos 158 contractos de inserção celebrados no ano transacto, constavam 474 acções e 49% destas centram-se na área da acção social e 26% na área do emprego/ formação.

Beneficiários saídos da medida



Dos 81 processos cessados no ano de 2018, 48% tiveram como motivo a integração profissional. De salientar relativamente ao ano transacto que o número de processos aumentou exponencialmente.

Distribuição Processual por freguesia



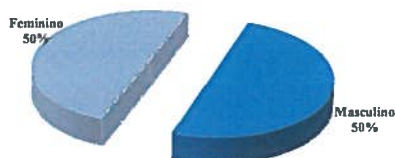


Santa Casa da Misericórdia de Lousada

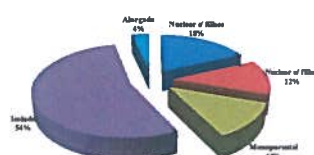
Das freguesias descritas no gráfico acima, as que apresentam volume de 1 e 3 processos (Cristelos, Cernadelo, Covas e Sto. Estevão) são acompanhadas por outros parceiros.

Destaca-se a freguesia de Lustosa, onde se concentra 27% do total dos processos, situação derivada da dimensão que esta assume, em termos populacionais, assim como da existência de equipamento social.

Caraterização Populacional

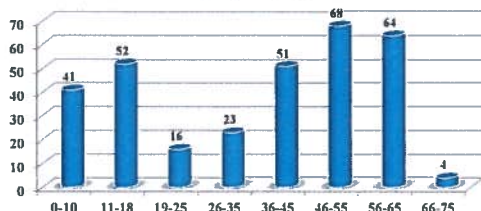


Tipologia Familiar

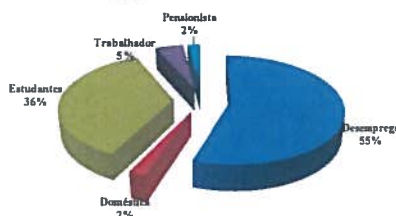


Num volume de 319 utentes 50% são do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Em termos absolutos, dos 164 agregados familiares em acompanhamento, 93 estão isolados, o que representa cerca de 57% do total da população beneficiária. Verifica-se maior concentração populacional nos intervalos 46-65 ano, cerca de 41% da totalidade dos beneficiários. Nesta idade incidem problemáticas como baixas qualificações, doença, e desemprego de longa duração. Surpreende o facto de 66% das famílias em acompanhamento não terem menores a cargo.

Faixa Etária

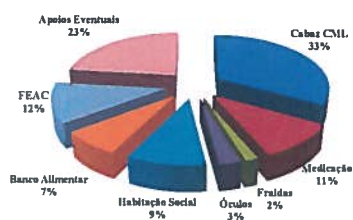


Situação Sócio-Ocupacional



Denota-se ainda que a situação sócio ocupacional dos utentes com maior peso se encontra na rubrica - desempregados (55%).

Tipo de Apoios Complementares



Indicadores de realização

Diligências	Média Mensal	Total Anual
Visitas Técnicas	11	238
Visitas Ajudante	30	423
Articulações	37	444
Atendi/to e Acomp/to	22	460
Contactos	68	665
Acompanhamentos a serviços	10	131
Total diligências	178	2361



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '232' at the top right.

Constata-se que 23% dos utentes se encontram em situação de CIT (baixa médica), 7% apresentam comportamentos aditivos, 37% detêm baixas qualificações, 19% são famílias multi-problemáticas e 7% com processos CPCJ, EMAT e IRS. Resulta que parte significativa destas famílias se mantenha na medida, por vezes mais de 24 meses.

1.10. Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

O Programa RLIS esteve em funcionamento de 27/01/2016 a 26 /01/2019 no concelho de Lousada, com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) dirigido aos cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e à intervenção junto das situações de emergência social. Durante estes 36 meses a Santa Casa da Misericórdia de Lousada dinamizou a operacionalidade do SAAS através de protocolo com o Instituto de Segurança Social.

Durante a execução do projecto a RLIS privilegiou o princípio da intervenção integrada, em parceria com as entidades com responsabilidade social do concelho de Lousada, tendo desenvolvido a sua actuação nestes 36 meses em concertação com a Rede Social.

O SAAS Lousada executou a sua missão através de uma equipa pluridisciplinar constituída por uma coordenadora (de serviço social) e quadro técnico (duas assistentes sociais, uma educadora social e um psicólogo). Esta equipa veio substituir, ao longo de três anos, o atendimento social realizado pelo Serviço Local do Instituto da Segurança Social de Lousada, dinamizado anteriormente também com outras entidades, no âmbito do Modelo Estratégico de Intervenção Social Integrada (MEISI) da Rede Social.

Desde o início do projecto até Janeiro de 2019 a RLIS atendeu 1004 famílias, das quais 153 transitaram para a medida do RSI. Caracterizando estes agregados familiares, pode dizer-se que os 53% dos seus elementos são do sexo feminino e os restantes 47% do sexo masculino.

No que respeita às faixas etárias, a maioria dos indivíduos (64%) situam-se na idade adulta, com principal destaque para a faixa etária dos 41 aos 65 anos (40%); 26% são crianças e jovens (a maioria em idade escolar) e 10% são idosos (mais de 65 anos).

Caracterizando a tipologia familiar verifica-se que a maioria são famílias nucleares (31%) e isolados (26%), destacando-se 19% de famílias monoparentais. As restantes distribuem-se na tipologia de casal (17%) e família alargada (7%).

As principais problemáticas que se destacaram na intervenção foram os baixos rendimentos (48%), as baixas pensões (14%); as famílias isoladas (26%) e as monoparentais (19%), expostas a situação de maior fragilidade económica. A problemática do desemprego (21%); dos idosos negligenciados e sem retaguarda familiar (5%) e da violência doméstica (6%) também foram evidentes durante a execução do projecto.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

No que respeita ao volume processual, em Janeiro de 2016 a equipa iniciava o ano com 278 processos e termina o projecto com 1004 processos familiares (PF). Dos 1004 PF 41% dizem respeito a agregados familiares que recorreram pela primeira vez à acção social.

Sendo a RLIS de Lousada de tipologia A, por negociação e acordo com o ISS procedeu-se a um pedido de alteração do número de atendimentos e do número de Planos de Intervenção.

Com base na candidatura aprovada o SAAS deveria realizar 7 776 atendimentos ao fim dos 36 meses (216 atendimentos/mês) e concluir 350 Acordos de Intervenção Social (AIS) com 100% sucesso, tendo estes indicadores sido alterados para 10 620 atendimentos (295/mês) e 231 AIS.

Face às metas acordadas e utilizando os indicadores finais, conforme quadros abaixo apresentados, pode concluir-se que foram atingidas as metas propostas e algumas superadas.

1. Indicador de Realização

N.º de processos familiares	N.º de beneficiários abrangidos pelos PPS	Total de AIS celebrados desde o início do contrato	N.º de beneficiários abrangidos pelos AIS celebrados desde o início do contrato
1004	2678	281	659

2. Indicador de Resultado

N.º AIS efetivamente concluídos desde o início do contrato	N.º de beneficiários abrangidos pelos AIS efetivamente concluídos
257	650

3. N.º de Atendimentos do âmbito Atendimento Social

Total de atendimentos do âmbito Atendimento Social	Total de Atendimentos do âmbito Atendimento Social - Tipo de Contacto			
	Entrevistas no Serviço	Contacto Telefónico	Articulação com Outros Serviços	Entrevistas no Domicílio
11161	3939	1278	5200	744

4. N.º de Atendimentos do âmbito Acompanhamento Social

Total de atendimentos do âmbito Acompanhamento Social	Total de Atendimentos do âmbito Acompanhamento Social - Tipo de Contacto			
	Entrevistas no Serviço	Contacto Telefónico	Articulação com Outros Serviços	Entrevistas no Domicílio
3751	1248	372	1929	202

5. N.º de Diagnósticos

N.º Diagnósticos	N.º de Processos Familiares com Diagnósticos
1451	940

6. N.º de Ações de Acompanhamento

Ações de Acompanhamento		N.º PI com Ações de Acompanhamento
Tipo	N.º	
Ação Amada	672	350
Ação Isolada	666	466
Apoio económico	1531	544
Avaliação Ação Isolada	930	522
Avaliação Global Amada	292	262
Acordo em Vigor	331	328
Cooperação Amada	256	251
Convocatória	1073	412
Efeito Amado	396	279
Objetivo Amado	299	278
Revisão Amada	27	25

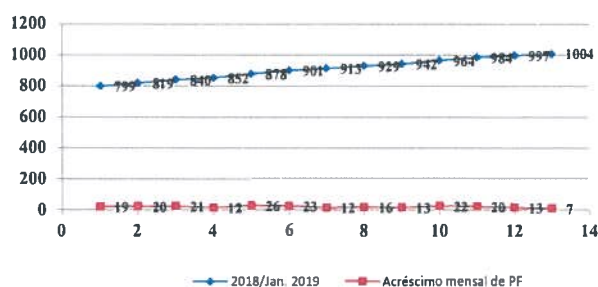
7. Total de Acompanhamentos

N.º Acompanhamentos	N.º de Beneficiários Abrangidos por Processos Familiares com Acompanhamentos
837	2278

8. Total de Atendimentos e Acompanhamentos

N.º de Acompanhamentos no período do contrato	N.º de Atendimentos no período do contrato	Total Acompanhamentos e Atendimentos no período do contrato
837	11161	11998

Evolução do número de Processos Familiares 2018/Jan. 2019





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

III. Valência Saúde

1. Hospital

Tendo presente a história das Misericórdias na área da saúde, da qual a Santa Casa Misericórdia de Lousada não é exceção, esta valência representa para a SCML uma importante área de atividade, que tem vindo nos últimos anos a crescer e consolidar quer a nível dos serviços prestados, através de novas especialidades e horários diferenciados, quer pelo elevado número de utentes que diariamente procuram os nossos serviços.

Assim, convém salientar que a Santa Casa da Misericórdia de Lousada possui diversos protocolos na área da Saúde, nomeadamente com:

ARS Norte, I.P., ADSE, IASFA/ADM, SAD GNR, SAD PSP, SAMS/Quadros e SAMS/SIB, Advancecare, Multicare, Médis, Trueclinic, AIG, Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos, Tranquilidade, Mondial Assistance, Future Healthcare, RNA, Caravela, Saúde Particular, Allianz, ageas, Victória, Saúde Prime, Medicare, Saúde Livre, RAR e RTP e algumas clínicas.

Na valência hospital, foram desenvolvidas as atividades normais da unidade tanto no serviço de atendimento permanente, análises clínicas, consulta externa, medicina física e de reabilitação, imagiologia, internamento e cirúrgico, bem como da unidade de cuidados continuados de média duração e reabilitação.

De salientar que em 2018 se acrescentou mais uma especialidade no serviço de consulta externa, a consulta de Neurologia, sendo que apenas iniciou actividade no mês de abril com considerável representação no nº de atendimentos.

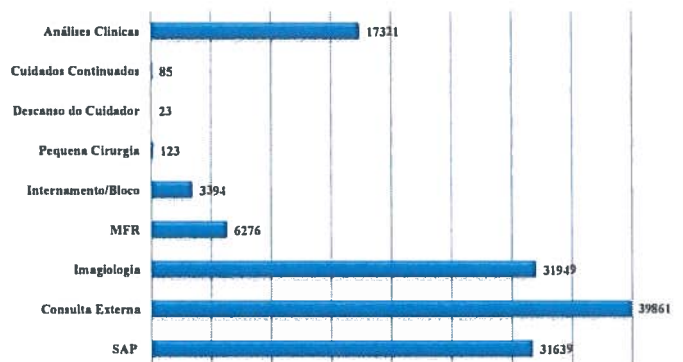
De salientar que apesar de termos sempre trabalhado no âmbito do SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de inscritos para cirurgia), que prevê a recepção de vales de cirurgia que saem dos hospitais centrais ao final de 6 meses, a partir de julho começámos também a receber as chamadas notas de transferência, ou seja, ao final de três meses, qualquer doente a nível nacional pode potra pelo Hospital de Lousada ou outros para efectuar a sua cirurgia. Este protocolo surge entre o ministério e a UMP e prevê na tabela de pagamento actual (2012) um desconto de 10% no valor do acto descrito. O grande objectivo deste protocolo é ajudar o Ministério da saúde a combater as listas de espera.

Na restante actividade hospitalar, tem vindo a manter-se a estratégia dos últimos anos de procura e reforço de novos parceiros de negócio, nomeadamente na área dos seguros. O número global de atendimentos nesta valência no ano de 2018 é descrita de forma genérica no quadro abaixo:



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nº Total de Atendimentos no Hospital em 2018



1.1. Serviço de Atendimento Permanente (SAP)

O Serviço de Atendimento Permanente (SAP) tem no seu âmbito, dar uma resposta rápida e adequada a todos os utentes que necessitem de uma avaliação clínica e/ou enfermagem. O seu horário de funcionamento é de 24h por dia, 365 dias por ano. Este serviço é complementado pela unidade de imagiologia (das 8h às 19h de segunda a sexta e aos sábados das 9h às 13h) e análises clínicas de segunda a sábado.

Mantendo-se a não comparticipação estadual o serviço, continua a acreditar-se na importância deste serviço, porque permite ao utente ter uma alternativa aos fluxos desmesurados dos grandes centros hospitalares oferecendo um serviço diferenciador e permitindo o encaminhamento a consultas de especialidade. Mantém-se a tendência dos últimos anos na curva da procura por este serviço, com maior incidência em épocas de doenças sazonais, e na assistência a sinistrados.

O n.º de atendimentos aumentou ligeiramente em cerca de 2,73% ao longo do ano de 2018. De salientar ainda que do total de 31.639 atendimentos, 69,37% (21.948) foram consultas médicas. Dentro desta rubrica, 93,73% da produção realizou-se no período diurno de segunda a domingo e 6,27% no horário noturno. De salientar ainda que se realizaram 301 testes de aptidão. Os restantes 29,68% foram actos de enfermagem.

Nº atendimentos SAP





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1.2. Análises Clínicas

A atividade desenvolvida pelo serviço teve como já é habitual a satisfação das necessidades do utente e dos profissionais de saúde envolvidos no diagnóstico e prestação dos cuidados de saúde, cumprindo os prazos de execução preconizados e regulando a sua atividade com o rigor técnico e científico exigido por padrões de qualidade e excelência.

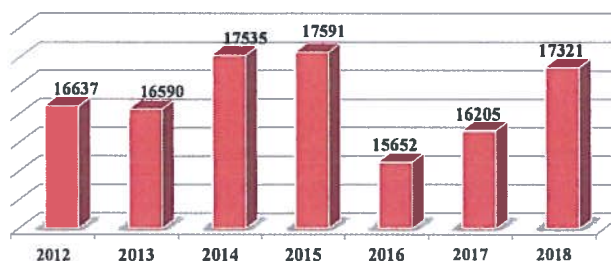
O n.º de utentes que procuraram o serviço em 2018 teve um incremento de 6,89% e o número de análises clínicas efectuadas também cresceu cerca de 13,44%, face ao ano anterior.

Este ano consolida os resultados obtidos neste serviço tanto no que concerne ao número de análises efectuadas como ao número de utentes atendidos, recuperando para valores próximos dos registados no início da década.

Evolução do nº de Análises Clínicas Efectuadas



Análises Clínicas - Nº de Utentes



1.3. Consulta Externa

O acordo celebrado com a ARS Norte, a 31 de julho de 2015, para as áreas da consulta e cirurgia, após as alterações sofridas na linha de produção deste serviço com alteração do valor financeiro, obrigaram a redefinir a estratégia, uma vez que a produção efectuada neste âmbito tem um peso significativo na operacionalidade.

O planeamento da consulta é feito de acordo com a produção cirúrgica prevista e obviamente da procura, por isso, ao longo dos anos é visível uma oscilação no número de atendimentos por especialidade.



Os tempos previamente definidos pela ACSS, na resposta das duas áreas (consulta e cirurgia), dificultam o controlo do serviço e exigem um esforço adicional do controlo da produção para atingir os objetivos definidos pelo Estado e evitar penalizações contratuais.

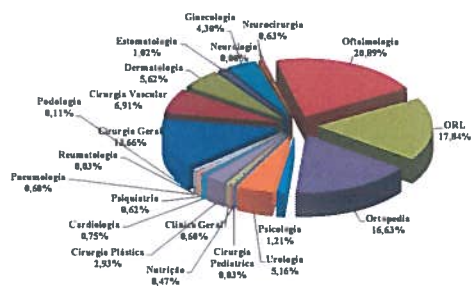
Em termos de atendimentos, este serviço registou um volume de 44.853, mais 9,35% face a 2017. Deste total, 10.579 atendimentos foram exames complementares e 34.274 foram consultas de especialidade. Nas consultas de especialidade o peso afecto ao CTH é de 23,69% (isto porque além das 2288 consultas facturáveis, foram efectivadas 5832 de consultas prés e pós-operatórias, que apesar de realizadas não são pagas) e 76,31%% de privados, seguros, subsistemas e SIGIC's.

Consulta Externa - Nº de Atendimentos



Destes 44.853 atendimentos efectuados em 2018, 76,41% correspondem a consultas de especialidade e 23,59% a exames complementares de diagnóstico. No gráfico seguinte constata-se que as consultas de especialidade com maior expressão continuam a ser as consultas de oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia e cirurgia geral com 68,25%, mantendo a tendencia dos tres ultimos anos.

% de Consultas p/Especialidade realizadas em 2018



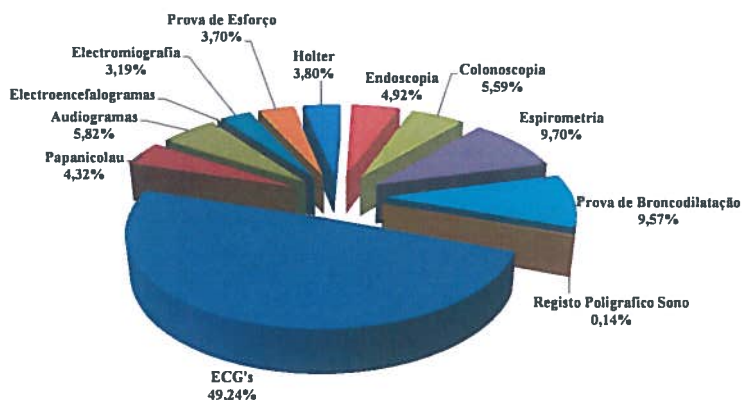
Os exames complementares de diagnóstico mantiveram a tendência de crescimento do ano anterior com a prevalência dos ECG's, Audiogramas, Espirometrias e Prova de Broncodilatação com um peso de 74,33%. Os exames realizados no âmbito da especialidade de Gastroenterologia (endoscopia e colonoscopia) representaram durante 2018, um peso de 10,51%. Salienta-se ainda as electromiografias com um peso de 3,19%, 4,32% nos *Papanicolaus*, a Prova de Esforço e o Holter com 3,69% e 3,8% respectivamente e a continuidade de exames complementares no âmbito da especialidade de pneumologia, denominado Registo Poligráfico do Sono com 0,15%.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Mantem-se a tendência dos últimos anos, com claro aproveitamento das sinergias existentes dentro da Instituição, o Contrato Programa assinado com a ARS Norte, IP. e o incremento/alargamento das parcerias com outras entidades, como seguradoras, subsistemas e redes de prestadores clínicos.

Exames Complementares de Diagnóstico realizados no âmbito da Consulta



1.4. Medicina Física e de Reabilitação

O Serviço de Medicina Física e de Reabilitação teve em 2018 uma operacionalidade de segunda a sexta das 8h às 20h, no entanto dada a continuidade do crescimento do serviço houve a necessidade de manter um horário mais alargado iniciado em 2016, passando o encerramento do serviço para as 22h. Os serviços prestados são: consulta de fisioterapia, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, eletroterapia, cinesioterapia respiratória e mesoterapia.

Em termos evolutivos mantem-se a tendência de crescimento dos últimos seis anos, com um aumento de 7,14% em relação a 2017 no número de atendimentos/utentes. Pese embora a linha de produção relativa à MFR tenha deixado de existir no âmbito do contrato programa, o esforço desenvolvido na celebração de acordos de acidentes pessoais desportivos, acidentes de trabalho com algumas seguradoras, a produção originária dos cuidados primários, produção afeta à unidade de cuidados continuados e do internamento de descanso cuidador, proporcionou um incremento neste serviço, que solidifica o crescimento do serviço.

É notório que com o crescimento dos últimos anos e o volume diário de doente tratado, a ampliação das instalações tornou-se imprescindível ao serviço. A previsão da ampliação já projectada e à espera de aprovação, com mais salas de tratamento, nomeadamente para terapia da fala e de terapia ocupacional, ampliação do ginásio e a construção de um tanque para tratamentos de hidroterapia, que venham complementar o conjunto de actos/serviços já disponibilizados.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nº Atendimentos - Medicina Física de Reabilitação

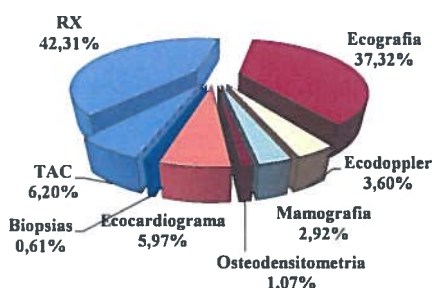


1.5. Imagiologia

Em termos evolutivos, este serviço em 2018 fez mais 646 exames do que em 2017 correspondendo a um acréscimo de 2,06%, invertendo-se as quebras sentidas nos dois últimos anos. O impacto do reinício da operacionalidade ainda se sentiu durante este exercício económico, que acrescido da colocação de uma unidade móvel para realização de mamografias e a diminuição de prescrição de MCDT's por parte dos cuidados primários justificam o decréscimo ainda sentido. A aquisição da TAC, para o serviço tem um efeito impactante para o serviço.

Da análise do tipo de exames realizados, mantem-se a tendência dos anos anteriores, com os exames de ecografia e RX representando 79,63% dos exames efectuados, tendo o ecodoppler um peso de 56,77%. A mamografia e o ecocardiograma tiveram uma ponderação de 2,92% e 5,97% respectivamente. As TAC representaram um peso de 6,20%. O contrato programa, SAP e Internamento continuam a ter um peso relevante na produção deste serviço.

% de Exames de Imagiologia Realizados em 2018



1.6. Cirurgias

No que concerne ao plano cirúrgico, foi mantida sensivelmente a mesma produção por especialidade do ano anterior. Redefiniram-se os números de produção, de acordo com a procura tal como na consulta, e de acordo com o *plafond* existente no âmbito de ambatório e convencional.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

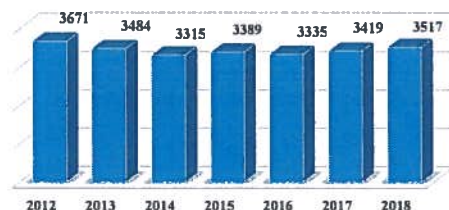
Tal como em 2017 a grande mudança em termos de contrato programa nesta linha de produção prende-se com a criação dos GDH médicos, incluídos na produção de cirurgia de ambulatório, e a valorização dos atos nesta linha, que passaram a ser valorizados não pela complexidade do ato em si, mas sim pelo doente e o diagnóstico principal através dos ICM - Índice de *Case-Mix*. Este coeficiente global de ponderação da produção que reflete a relatividade de um hospital face aos outros, em termos da sua maior ou menor proporção de doentes com patologias complexas e, consequentemente, mais consumidoras de recursos.

Da Lista dos Agrupamentos de Centros de Saúde da área geográfica de intervenção da ARS preferencialmente referenciadores são os ACES de: Gondomar, Maia/Valongo, Marão e Douro Norte, Vale do Sousa Norte e Vale do Sousa Sul. As áreas de prestação abrangidas pelo Acordo são: Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Cirurgia Plástica, Dermatologia, Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia.

O número de cirurgias sofreu um acréscimo de 2,87% relativamente a 2017, no âmbito global. Este volume cirúrgico distribuiu-se por 123 pequenas cirurgias, 3394 cirurgias, perfazendo um total de 3419 actos. Em termos percentuais a distribuição é de 3,5% em pequenas cirurgias e 96,5% da cirurgia. Na cirurgia, 66,92% são cirurgias originadas pelo Contrato Programa e o remanescente oriundo de seguros/subsistemas, privadas e SIGIC's acrescida, o que perfaz um total de 33,08%. Nestes 33,08% a percentagem de SIGIC foi 21,13%, percentagem essa dominada por duas especialidades (79,91%) Ortopedia e Cirurgia Geral.

Continua a manter-se o esforço suplementar para minimizar o peso da ARS, pela não dependência da produção do contrato programa e pela dificuldade inerente às constantes alterações no decorrer do contrato programa.

Nº de Cirurgias realizadas entre 2012 e 2018

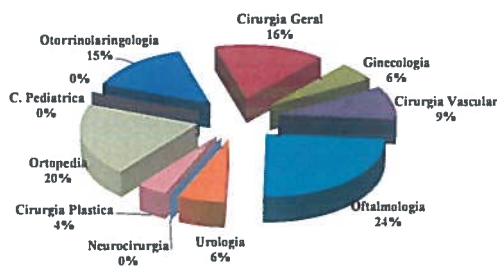


Em termos de peso relativo, a produção cirúrgica por especialidade, mantém a tendência dos três últimos anos, com as especialidades de oftalmologia, otorrino, ortopedia e cirurgia geral com 74,96% do número de atos, como se constata no gráfico seguinte.



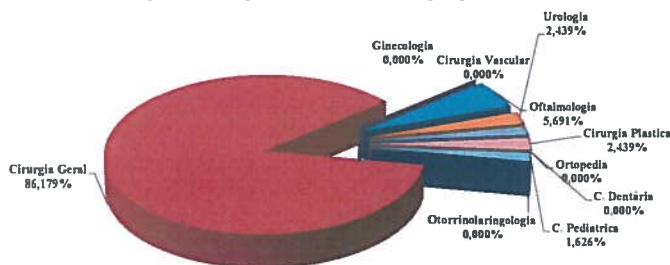
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Cirurgias p/ Especialidade



No que concerne à pequena cirurgia o domínio mantém-se na especialidade de cirurgia geral com um peso de 86,18%.

% de Pequena Cirurgia realizada em 2018 p/especialidade



1.7. Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação

O serviço da unidade de cuidados continuados de média duração e reabilitação está orientada no sentido da satisfação global dos utentes e seus familiares, tendo como principal objetivo proporcionar maior autonomia e melhorar a qualidade de vida dos utentes que se encontrem em situação de dependência. A equipa da unidade é multidisciplinar e é constituída por diretor clínico da unidade, médico fisiatria, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, assistente social, psicólogo, nutricionista, auxiliares de ação médica e assistentes administrativos.

A Unidade visa a prestação de cuidados clínicos, reabilitação e de apoio psicossocial por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou de descompensação de processo patológico crónico e indivíduos com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável, assegura diversos serviços: cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanentes, prescrição/administração de fármacos, cuidados de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, apoio psicossocial, higiene e conforto, alimentação, convívio e lazer.

A unidade de cuidados continuados de média duração e reabilitação, com uma capacidade para 30 camas, esteve com uma taxa de ocupação média de 97,93%, mantendo a tendência dos anos anteriores. Os utentes caracterizaram-se por serem provenientes de uma população envelhecida, maioritariamente



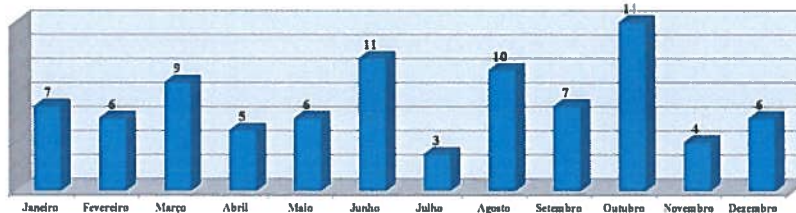
feminina com elevados níveis de dependência e graves carências financeiras o que dá origem a um elevado número de prolongamentos sociais, uma vez que, apesar de serem utentes com retaguarda familiar, estes, não tem possibilidade de os acolher no domicílio, dada a sua condição sócio económica.

Taxa de Ocupação da Unidade nos últimos três anos



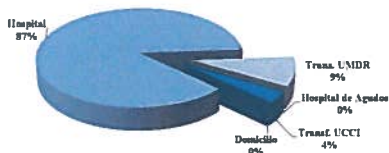
Em 2018 este serviço teve uma média de admissões mensal de 7,33%. Relativamente aos destinos após alta, 46% foram para os seus domicílios. Cerca de 20% dos utentes, foram transferidos para outras Unidades de Cuidados Continuados e 29% para Hospitais de Agudos. Durante 2018, a percentagem de óbitos foi de 5%.

Nº de Utentes Admitidos p/ Mês na RNCCI

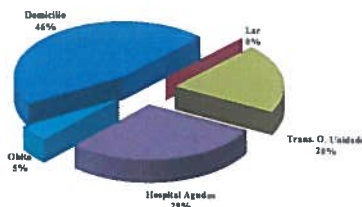


Em 2018, 87% dos utentes tiveram proveniência de hospitais, o que mais uma revela que fundamentais para o escoamento dos hospitais centrais, 9% de outras Unidades de Cuidados Continuados.

Proveniência dos utentes da RNCCI



Destino Após Alta dos Utentes



A grande maioria destes doentes regressaram ao seu domicílio (46%), 20% foram transferidos para outras unidades e 29% para hospitais de agudos.



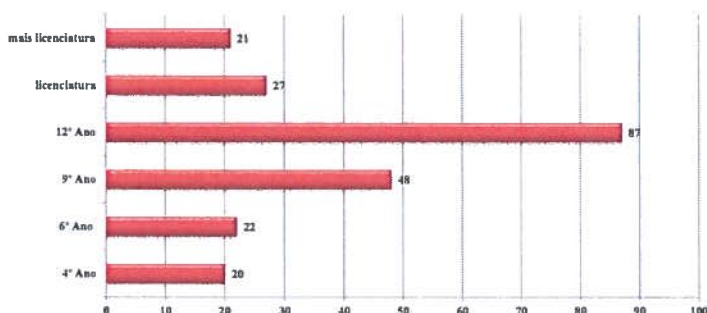
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

IV. Recursos Humanos (RH)

O Capital Humano é o recurso mais importante de qualquer organização e quando se fala de gestão de RH refere-se sem dúvida à temática cujos objectivos mais se alteraram ao longo dos últimos anos. As expectativas sobre os RH's são orientadas cada vez mais pelo desempenho prestado e a sua avaliação depende disso. Espera-se assim, que sejam um parceiro de actividade e para isso é necessário investimento em formação teórica e prática, num conjunto amplo de competências funcionais que garantam respeito, credibilidade por eles e pelas organizações onde operacionalizam. Espera-se ainda que acrescentem valor e contribuam para os resultados. Para que isto aconteça é necessário que conheçam a função e a actividade onde laboram com a visão de contribuir no objectivo estratégico organizacional, dos quais fazem parte a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias, novas formas de saber fazer e a eficácia/eficiência no cumprimento dos pressupostos, etc.

Toda esta caracterização permitirá perceber a evolução possível da estrutura em termos futuros e melhorá-la de acordo com os objectivos pretendidos.

nº Colaboradores de acordo c/habilitações académicas (2018)



No ano de 2018 a SCML alterou um pouco a sua linha estratégica de RH's no que diz respeito à categoria profissional de enfermagem com a contratação dos primeiros seis elementos. Salienta-se que em termos de habilitações literárias, 21,33% possuem licenciatura ou mais habilitações tendo esta tendência vindo a subir ao longo dos últimos anos, 38,67% possui o 12º ano. As habilitações médias dos colaboradores continuam a aumentar. Da afetação de RH, salienta-se o hospital com um peso de 49,33% dos RH existentes na SCML, tendência verificada nos últimos quatro anos.

O crescimento do número de colaboradores, actualmente 225, deve-se em grande parte ao Hospital mas também ao peso de dependentes institucionalizados nas ERPI's (34,22% face ao total) que obrigaram durante este ano a um maior número de horas de enfermagem para colmatar as necessidades de dependência de alguns dos idosos. Os colaboradores que se encontram com contrato sem termo são em termos absolutos 172 e a termo certo, 53.



Valência	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hospital	97	99	101	101	99	103	105	111
ERPI Sousa Freire	33	35	34	36	38	45	49	52
ERPI Lúcia Lousada	27	27	27	28	29	29	29	25
Infantário	21	22	22	22	22	22	22	21
SAD	6	7	7	7	7	7	7	7
Residência Casais	1	1	1	1	1	1	1	1
RLIS	0	0	0	0	5	5	5	5
RSI	5	5	5	3	3	3	3	3

Como referido anteriormente e pela sua importância para a eficiência dos serviços, o rigor na seleção dos novos colaboradores tem-se traduzido num aumento médio das habilitações dos quadros da SCML. Convém referir que é cada vez mais difícil aglutinar capital Humano para a área, dada a caracterização do sector e as suas exigências.

Têm-se procurado dar resposta às necessidades de especialização e atualização profissional, com o intuito de incrementar a eficácia e qualidade do serviço prestado e simultaneamente melhorar o desempenho dos colaboradores. Nesta lógica, no ano 2018 foram implementadas e facultadas acções de formação as grandes grupos de trabalho e mais especializadas a grupos mais restritos.

Ano	Ação de Formação	Nº RH
2018	construção pública	1
	uso de 1º meios intervenção (extintor)	60
	medidas de autoproteção	83
	Incêndios e fogo, meios segurança instalados	57
	HACCP - segurança alimentar (noções microbiologia)	66
	Higienização das mãos	66
	Higienização	66
	1º socorros pediátricos	21
	Bons práticas de higiene/cuidado de saúde - infância	20
	Alimentação na infância	19
	Precaução básica do controlo de infeções	37
	Regras básicas de higiene	66
	Plano de inocuidade - tofeira	57
	Plano de inocuidade - peixe	22
2017	Regras de higiene e limpeza	72
	Precaução básica controlo de infeções	46
	HACCP	26
	Nutrição	68
	Manuseamento de Produtos	53
	Proteção de dados	3
	Método Montessori - Geriatria	1
	ICD - 10	2
	Psicologia Positiva Avançada	1
	Prevenção e Infecção	56
2016	Alimentação e Hidratação	55
	Tec. Posicionamento, Transf. e Mobilização	28
	Inocuidade	26
	Manuseamento de Produtos	54
	HACCP	28
	PCI's e PI's	1
	Plano de intervenção p/ Urubas	1
	Psicologia Positiva Avançada	1
	HACCP	15
	Planificação Avaliação na Animação	3
2015	Processo Individual - PI's e PIC's	1
	Coaching	19
	Ferramentas de Atendimento	19
	Técnicas de Trabalho em Equipa	19
	Manuseamento de Produtos Químicos	28
2014	Manuseamento de Produtos Químicos	28
		8

Convém ainda salientar, que todos os RH's da SCML são submetidos a uma avaliação de desempenho anual, onde são avaliados por dois grandes parâmetros: comportamentais e funcionais. Os guiões são preenchidos pelos avaliadores e discutidos com os avaliados. O objetivo desta medida é melhorar o desempenho e ir de encontro aos objetivos da instituição e obviamente do colaborador. Do processo de avaliação advém reconhecimento pelo trabalho efetivado e pelo nível de excelência alcançado.

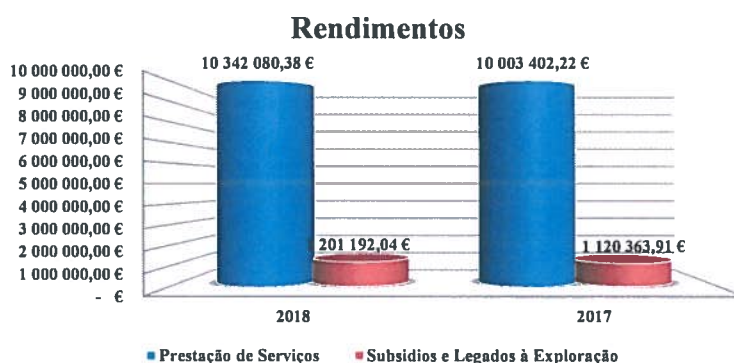


De salientar ainda que a SCML detém além dos 225 colaboradores directos, cerca de 216 prestadores de serviço (enfermagem, médicos de especialidades não cirúrgicas, médicos cirurgiões, fisioterapeutas, médicos fisiatras, psicólogo, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, jurista, etc). Também não seria possível o desenvolvimento da nossa operacionalidade sem o seu esforço e empenho.

V. Evolução Económica

1a) Rendimentos

	2018	2017	Var %
Prestação de Serviços	10 342 080,38 €	10 003 402,22 €	3,39%
Subsidios e Legados à Exploração	1 201 192,04 €	1 120 363,91 €	7,21%
	11 543 272,42 €	11 123 766,13 €	3,77%



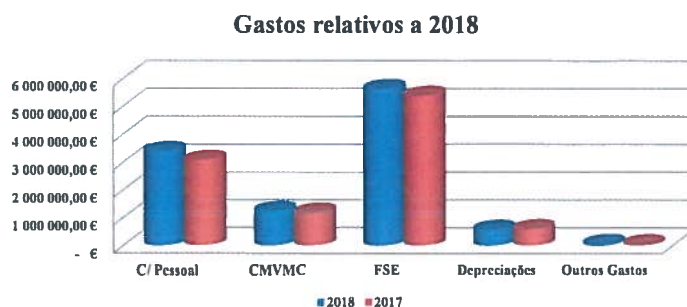
Relativamente a esta rubrica constata-se um aumento de 3,77%, consequência do aumento da prestação de serviços em 3,39%. A rubrica de Subsídios e Legados à Exploração teve durante o ano de 2018 um incremento de 7,21%, consequência do acordado no Compromisso.

1b) Gastos

	2018	2017	Var %
C/ Pessoal	3 396 254,00 €	3 077 211,62 €	10,37%
CMVMC	1 242 160,45 €	1 175 847,46 €	5,64%
FSE	5 625 278,23 €	5 385 939,52 €	4,44%
Depreciações	572 949,31 €	591 997,24 €	-3,22%
Outros Gastos	62 906,02 €	49 407,58 €	27,32%
Totais	10 899 548,01 €	10 280 403,42 €	6,02%



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Os gastos sofreram um aumento face a 2017 de 6,02%. Esse agravamento deve-se em grande medida como é perceptível pelos mapas acima, a rubrica de gastos com o pessoal, com um impacto de 10,37%, provocada pelo incremento do SMN em 5,1%, assim como a expansão da restante tabela para obtenção da equidistância entre categorias profissionais, e a aplicação da tabela B do BTE em certas categorias para aplicação das 40h/semanais. Os encargos afectos e os 15% de prémio já aqui contabilizado impactam claramente o resultado líquido do exercício.

O crescimento da prestação de serviços, tanto no que concerne ao CMVMC como FSE, como custo nomeadamente dos honorários médicos assim como dos subcontratos também incrementou os gastos em cerca de 6%. Na rubrica Depreciações não há variação significativa face ao ano transacto.

2. Análise Económico – Financeira

Em comparação com o ano transacto, mantem-se a tendência dos resultados das valências sociais continuarem deficitários e todo o investimento desenvolvido pelas exigências da prestação de serviço, as margens cada vez menores nos pagamentos nomeante do que concerne à Saúde, há a salientar que a SCML mantém a autonomia financeira em cerca de 85,47%. A solvabilidade financeira da SCML, ou seja, a capacidade da SCML liquidar o seu passivo no MLP foi de 588,11% em 2018 que traduz de forma inequívoca tal como em 2017, apesar de ligeiramente menor, a solidez financeira da Instituição. O rácio de liquidez geral apresenta um valor 3,53, evidenciando a capacidade da Instituição cumprir as suas obrigações recorrendo a ativos de curto prazo, que se mantem quando comparado com 2016 e 2017.

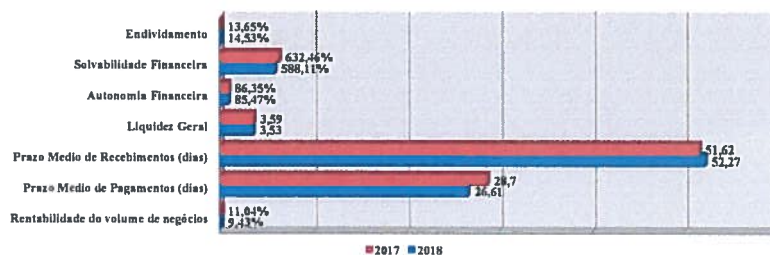
Evidencia-se também que o prazo médio de recebimentos foi incrementado em cerca de quase um dia, face ao ano de 2017, mantendo a tendência dos últimos três anos, o que evidencia os esforços de cobrança por parte das equipas de trabalho neste sentido. Ao longo de 2018 manteve-se a preocupação em recuperar valores que se encontravam por cobrar, política já adoptada ao longo dos últimos anos. Reformula-se a necessidade de manter a política de racionalização dos custos, já que estes setores estão a ser fortemente penalizados pelo decréscimo de comparticipação de utentes, estagnação dos subsídios e agravamento dos restantes custos de operacionalidade, constante nos últimos anos.



[Handwritten signatures and initials]

Indicadores Económicos e Financeiros	2018	2017
Rentabilidade do volume de negócios	9,43%	11,04%
Prazo Medio de Pagamentos (dias)	26,61	28,7
Prazo Medio de Recebimentos (dias)	52,27	51,62
Liquidez Geral	3,53	3,59
Autonomia Financeira	85,47%	86,35%
Solvabilidade Financeira	588,11%	632,46%
Endividamento	14,53%	13,65%

Comparação dos Indicadores Económicos entre 2017 e 2018



Por último, denota-se apesar do incremento do volume de negócios, tal como no ano transacto, uma perda de 1,61% face a 2017 relativa à rentabilidade do volume de negócios global, em grande medida causada pela diminuição das margens dos pagamentos dos actos no sector da saúde e obviamente da operacionalidade com o SIGIC, que por norma nos transporta muitas vezes para o que denominamos na área de “cirurgia mais pesada”, tanto nos custos como obviamente na recuperação dos doentes.

No entanto não poderíamos deixar de referir o **EBITDA** (Receitas antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que foi de **1.548285,73€**. Este indicador financeiro permite-nos perceber quanto é que uma organização gera de recursos através das suas actividades operacionais, sem efeitos de impostos ou outros efeitos financeiros. Este indicador permite-nos analisar não só o resultado final da organização mas sim o processo como um todo, possibilita medir a eficiência e a produtividade da organização, um ponto essencial para a organização que pretenda investir.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

[Handwritten signatures in blue ink]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA LOUSADA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Balanço

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUSADA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente	5 11.1		
Ativos fixos tangíveis		9 671 438,46	9 485 413,07
Investimentos financeiros		29 197,92	24 831,38
		9 700 636,38	9 510 244,45
Ativo corrente	6 11.2 11.8 11.3 11.4 11.5		
Inventários		298 009,44	282 682,31
Créditos a receber		2 592 115,75	2 550 721,52
Estado e outros entes públicos		681,88	3 475,97
Diferimentos		24 099,91	23 780,17
Outros ativos correntes		90,23	37,26
Caixa e depósitos bancários		7 285 806,14	6 287 528,23
		10 200 803,35	9 148 225,46
Total do Ativo		19 901 439,73	18 658 469,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	612 372,87	612 372,87
Resultados transitados	11.6	13 717 033,53	12 612 966,68
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	1 704 528,49	1 781 695,42
		975 336,42	1 104 066,85
Resultado Líquido do período		17 009 271,31	16 111 101,82
Total dos fundos Patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	546 805,94	541 050,20
Estado e outros entes públicos	11.8	166 478,50	156 808,80
Diferimentos	11.3	-	1 510,99
Outras passivos correntes	11.9	2 178 883,98	1 847 998,10
		2 892 168,42	2 547 368,09
Total do passivo		19 901 439,73	18 658 469,91
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

LOUSADA, 8 DE MARÇO DE 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Susana Lima

 António José Benício



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Demonstração dos Resultados por Naturezas

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUSADA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	10 342 080,38	10 003 402,22
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	1 201 192,04	1 120 363,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1 242 160,45)	(1 175 847,46)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(5 625 278,23)	(5 385 939,52)
Gastos com o pessoal	9	(3 396 254,00)	(3 077 211,62)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	41 968,76	-
Outros rendimentos e ganhos	11.12	289 643,25	260 704,14
Outros gastos e perdas	11.13	(62 906,02)	(49 407,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 548 285,73	1 696 064,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(572 949,31)	(591 997,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		975 336,42	1 104 066,85
Resultados antes de impostos		975 336,42	1 104 066,85
Resultado líquido do período		975 336,42	1 104 066,85

LOUSADA, 8 DE MARÇO DE 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA



Santa Casa da Misericórdia de Louzada

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUSADA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	612 372,87	13 017 743,49	1 858 304,77			15 488 421,13	15 488 421,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	(404 776,81)	(76 609,35)	-		(481 386,16)	481 386,16
			(404 776,81)	(76 609,35)	-		(481 386,16)	481 386,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				1 104 066,85		1 104 066,85	1 104 066,85
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				1 104 066,85		622 680,69	622 680,69
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								-
Subsídios, doações e legados								-
Outras operações								-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11=6+7+8+10	612 372,87	12 612 966,68	1 781 695,42	1 104 066,85		16 111 101,82	16 111 101,82

LOUSADA, 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O CONTABILISTA A CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Jose Domingues

Susana Cunha

António José Mendes Ferreira



Santa Casa da Misericórdia de Louzada

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUSADA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	612 372,87	13 717 033,53	1 781 695,42			16 111 101,82	16 111 101,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
	7	-	-	(77 166,93)	-		(77 166,93)	77 166,93
				(77 166,93)			(77 166,93)	77 166,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				975 336,42		975 336,42	975 336,42
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				975 336,42		898 169,49	898 169,49
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
	10							
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10	612 372,87	13 717 033,53	1 704 528,49	975 336,42		17 009 271,31	17 009 271,31

LOUSADA, 8 DE MARÇO DE 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A M EBA ADMINISTRATIVA

João Baptista
Susana Leão
Antonio José Gomes



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Demonstração dos Fluxos de Caixa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUSADA DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		10 383 106,00	10 027 091,19
Pagamento a fornecedores		(6 896 738,12)	(6 526 217,85)
Pagamentos ao pessoal		(3 392 021,30)	(3 027 941,40)
Caixa gerada pelas operações		94 346,58	472 931,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		759,23	(287,97)
Outros recebimentos/pagamentos		1 555 376,30	631 505,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 650 482,11	1 104 149,76
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(767 821,44)	(902 684,23)
Investimentos financeiros		(4 366,54)	(3 217,97)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9 864,68	3 500,50
Outros Ativos		71 333,25	65 475,67
Subsídios ao investimento		14 485,23	-
Juros e rendimentos similares		-	12 124,16
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(676 504,82)	(824 801,87)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		24 300,62	10 424,24
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		24 300,62	10 424,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		998 277,91	289 772,13
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 287 528,23	5 997 756,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 285 806,14	6 287 528,23

LOUSADA, 8 DE MARÇO DE 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Susana Cunha
António José Sousa Mendes



Santa Casa da Misericórdia de Louzada

Demonstração dos Resultados por Valências

VALÊNCIAS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LOUZADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	ERPI SOLA FREIRE	ERPI LÚCIA LOUZADA	JARDIM	CHECHE	RLIS	APOIO DOMICILIÁRIO	RES. COM. CASAS	R.S.1	CANTINA SOCIAL	FORMAÇÃO	TOTAL
Vendas e serviços prestados	333.582,31 €	205.720,62 €	81.193,47 €	47.333,47 €	0,00 €	36.531,12 €	16.350,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	720.711,88 €
Subsídios, doações e legados à exploração	318.260,84 €	156.822,17 €	142.063,50 €	111.621,59 €	103.598,89 €	117.260,96 €	20.389,24 €	54.596,52 €	0,00 €	33.543,96 €	1.058.166,67 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-74.948,05 €	-35.248,17 €	-21.286,70 €	-7.876,08 €	0,00 €	-8.915,69 €	-5.861,48 €	-1.543,54 €	-8.250,00 €	0,00 €	-163.889,71 €
Fornecimentos e serviços externos	-171.142,26 €	-85.560,39 €	-56.992,23 €	-18.861,30 €	-5.159,36 €	-29.220,62 €	-19.501,27 €	-6.660,73 €	-2.567,13 €	0,00 €	-395.665,29 €
Gastos com o pessoal	-497.769,83 €	-401.065,53 €	-240.720,55 €	-148.382,22 €	-95.365,58 €	-134.091,80 €	-30.364,29 €	-54.272,41 €	-2.466,55 €	-8.644,42 €	-1.613.143,18 €
Outros rendimentos	88.202,05 €	30.396,58 €	14.023,00 €	3.383,50 €	0,00 €	7.503,93 €	9.583,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	153.092,09 €
Outros gastos	-139,61 €	-164,96 €	-924,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12,30 €	0,00 €	0,00 €	-24.899,54 €	-26.141,21 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-3.905,53 €	-129.099,68 €	-82.644,31 €	-12.781,04 €	3.073,95 €	-10.932,10 €	-9.416,20 €	-7.880,16 €	-13.283,68 €	0,00 €	-266.868,75 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-84.520,71 €	-65.621,15 €	-20.855,83 €	-7.248,66 €	-3.469,13 €	0,00 €	-4.629,55 €	0,00 €	-150,00 €	0,00 €	-186.495,05 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-88.426,26 €	-194.720,83 €	-103.500,14 €	-20.029,70 €	-395,18 €	-10.932,10 €	-14.045,75 €	-7.880,16 €	-13.433,68 €	0,00 €	-453.363,80 €
Resultado antes de impostos	-88.426,26 €	-194.720,83 €	-103.500,14 €	-20.029,70 €	-395,18 €	-10.932,10 €	-14.045,75 €	-7.880,16 €	-13.433,68 €	0,00 €	-453.363,80 €
Resultado líquido do período	-88.426,26 €	-194.720,83 €	-103.500,14 €	-20.029,70 €	-395,18 €	-10.932,10 €	-14.045,75 €	-7.880,16 €	-13.433,68 €	0,00 €	-453.363,80 €

João Dias
Susana Cunha

António José Gomes



Santa Casa da Misericórdia de Loures

HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOURES

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	CONSULTA EXTERNA	SAP	FISIATRIA	IMAGIOLOGIA	BLOCO / INT.	COL. SANGUE	CCI	TOTAL
Vendas e serviços prestados	1 320 579,95 €	560 503,35 €	719 974,25 €	547 478,68 €	5 516 736,56 €	132 280,27 €	823 815,44 €	9 621 368,50 €
Subsídios, doações e legados a exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 513,80 €	0,00 €	132 511,57 €	143 025,37 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-16 198,88 €	-60 478,50 €	-32 771,23 €	-330,47 €	-964 876,81 €	-575,91 €	-3 038,94 €	-1 078 270,74 €
Fornecimentos e serviços externos	-686 926,32 €	-336 711,56 €	-326 890,99 €	-393 732,99 €	-2 920 817,36 €	-34 685,88 €	-529 847,84 €	-5 229 612,94 €
Gastos com o pessoal	-155 962,83 €	-151 540,32 €	-330 982,49 €	-91 666,96 €	-653 287,41 €	-16 567,66 €	-383 101,15 €	-1 783 110,82 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41 968,76 €	0,00 €	0,00 €	41 968,76 €
Outros rendimentos	32 147,09 €	7 009,68 €	9 004,04 €	6 846,80 €	69 586,57 €	1 654,30 €	10 302,68 €	136 551,16 €
Outros gastos	-4 370,38 €	-2 562,76 €	-2 278,46 €	-1 726,28 €	-23 136,59 €	-372,22 €	-2 318,11 €	-36 764,81 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	489 268,63 €	16 217,89 €	36 055,12 €	66 868,77 €	1 076 687,52 €	81 732,90 €	48 323,65 €	1 815 154,48 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-48 254,53 €	-11 773,68 €	-15 307,06 €	-50 178,48 €	-226 988,21 €	-5 016,39 €	-28 935,91 €	-386 454,26 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	441 014,10 €	4 444,21 €	20 748,06 €	16 690,29 €	849 699,31 €	76 716,51 €	19 387,74 €	1 428 700,22 €
Resultado antes de impostos	441 014,10 €	4 444,21 €	20 748,06 €	16 690,29 €	849 699,31 €	76 716,51 €	19 387,74 €	1 428 700,22 €
Resultado líquido do período	441 014,10 €	4 444,21 €	20 748,06 €	16 690,29 €	849 699,31 €	76 716,51 €	19 387,74 €	1 428 700,22 €

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Lousada” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com sede em “Avenida Major Arrochela Lobo n.º 157, 4620-697 Lousada”. Tem como actividades o “Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento” e “Estabelecimento de Saúde com Internamento”, para que de acordo com os princípios da doutrina cristã possa prosseguir os objetivos de satisfazer as carências sociais.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Directiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a Normalização Contabilística para entidades do sector não lucrativo foi objecto de alterações substanciais, implicando também a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos. Assim, a partir de 01-01-2016, foi aplicada a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística aprovada pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com:

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4-12
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as quais se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

[Handwritten signature and initials in blue ink]

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

No entanto, não existindo participações onde a SCML exerça qualquer tipo de influência, os Investimentos Financeiros encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Irmãos / Doadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos / doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contractos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contractos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos relevantes resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	926 406,58	163 597,41	-	-	-	1 090 003,99
Edifícios e outras construções	8 646 759,46	57 730,90	-	-	-	8 704 490,36
Equipamento básico	3 579 651,56	162 130,77	-	-	-	3 741 782,33
Equipamento de transporte	249 250,57	-	(11 520,01)	-	-	237 730,56
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	978 304,05	95 125,76	-	-	-	1 073 429,81
Outros Ativos fixos tangíveis	38 251,45	42 332,65	-	-	-	80 584,10
Investimentos em curso	2 359 654,78	237 907,27	-	-	-	2 597 562,05
Total	16 778 278,45	758 824,76	(11 520,01)	-	-	17 525 583,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3 265 054,86	270 073,21	-	-	-	3 535 128,07
Equipamento básico	2 970 992,04	178 806,03	-	-	-	3 149 798,07
Equipamento de transporte	249 250,57	-	(11 520,01)	-	-	237 730,56
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	775 603,21	115 072,63	(149,94)	-	-	890 525,90
Outros Ativos fixos tangíveis	31 964,70	8 997,44	-	-	-	40 962,14
Total	7 292 865,38	572 949,31	(11 669,95)	-	-	7 854 144,74
Valor Líquido AFT	9 485 413,07					9 671 438,46
Valor Líquido AFT	9 485 413,07					9 671 438,46

Em Activos Fixos Tangíveis encontram-se evidenciados dois prédios (quinhão hereditário por 13.050,88 euros). Dos esforços desenvolvidos no sentido de executar essa herança, falta apenas proceder ao seu registo definitivo, o qual apresenta dificuldades relacionadas com a identificação e localização da totalidade dos herdeiros em causa.

Encontram-se evidenciados em Balanço na rubrica “Activos Fixos Tangíveis” imóveis no montante de 47.996,41 euros que se referem a prédios rústicos, nomeadamente terrenos/quintas na antiga freguesia de



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

S. Miguel, dos quais ainda não foi possível concluir a actualização das áreas nem os respectivos levantamentos topográficos que continuam em curso.

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	927 457,60	-	(1 051,02)	-	-	926 406,58
Edifícios e outras construções	8 627 636,09	19 582,68	-	(459,31)	-	8 646 759,46
Equipamento básico	3 275 285,07	282 719,28	-	21 647,21	-	3 579 651,56
Equipamento de transporte	249 250,57	-	-	-	-	249 250,57
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	851 051,53	127 252,52	-	-	-	978 304,05
Outros Ativos fixos tangíveis	38 251,45	-	-	-	-	38 251,45
Investimentos em curso	1 907 173,17	474 128,82	-	(21 647,21)	-	2 359 654,78
Total	15 876 105,48	903 683,30	(1 051,02)	(459,31)	-	16 778 278,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 996 247,01	268 807,85	-	-	-	3 265 054,86
Equipamento básico	2 763 942,73	206 778,89	-	270,42	-	2 970 992,04
Equipamento de transporte	236 984,62	12 265,95	-	-	-	249 250,57
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	675 204,44	100 129,43	-	269,34	-	775 603,21
Outros Ativos fixos tangíveis	27 949,58	4 015,12	-	-	-	31 964,70
Total	6 700 328,38	591 997,24	-	539,76	-	7 292 865,38
Valor Líquido AFT	9 175 777,10					9 485 413,07
Valor Líquido AFT	9 175 777,10					9 485 413,07

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	282 682,31	1 467 942,07	(210 454,49)	298 009,44
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	282 682,31	1 467 942,07	(210 454,49)	298 009,44

Custo das mercadorias vendidas e das matérias			1 242 160,45
Variações nos inventários da produção	-		-

Descrição	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	272 604,00	1 400 451,30	(214 525,53)	282 682,31
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	272 604,00	1 400 451,30	(214 525,53)	282 682,31

Custo das mercadorias vendidas e das matérias			1 175 847,46
Variações nos inventários da produção	-		-

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

- Matérias-primas: 5.635,44 €;
- Matérias Subsidiárias: 292.374,00 €; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

7. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	10 342 080,38	10 003 402,22
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	4 203,00	9 179,50
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Subsídios, doações e legados à exploração	1 201 192,04	1 120 363,91
Juros	13 258,40	13 030,45
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	11 560 733,82	11 145 976,08

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	1 175 891,42	1 109 939,67
Segurança Social	1 141 718,87	1 106 303,94
PT2020	34 172,55	-
IEFP	-	3 635,73
...	-	-
Outros	25 300,62	10 424,24
Camara Municipal de Lousada	1 000,00	-
Doações	24 300,62	10 424,24
	-	-
Total	1 201 192,04	1 120 363,91



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

9. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais a data de 31 de dezembro de 2018, são respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral

EFFECTIVOS

Presidente: Leonel Domingos Reis Vieira da Silva

1º Secretário: Fausto Manuel Costa Oliveira

2º Secretário: Cidália Adelaide Ferreira Faria

Mesa Administrativa

EFFECTIVOS

Provedor: José Carlos Bessa Machado

Vice-Provedor: José Diogo Gonçalves Fernandes

Tesoureiro: Adão Bernardo Peixoto Xavier

Secretário: Susana da Conceição Pacheco da Cunha

Vogal: António José Bessa Ferreira

SUPLENTE

João Maria Peixoto Magalhães

Luís Jaime Bessa Peixoto Pereira

Conselho Fiscal

EFFECTIVOS

Presidente: Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães

1º Vogal: José Maria da Silva Pereira Leal

2º Vogal: Domingos Fernando Silva Moreira

SUPLENTE

Maria Irene da Silva Monteiro

Clemente Fernandes de Bessa Ferreira

Lúcia Maria Meireles Bessa da Costa.

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de “220” e em 31/12/2018 foi de “222”.

Os gastos incorridos com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2 740 827,03	2 479 994,69
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	608 085,40	550 776,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	32 297,71	35 397,26
FGCT	431,09	344,31
Outros Custos como Pessoal	14 612,77	10 698,40
Total	3 396 254,00	3 077 211,62

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2018 e 2017, referem-se apenas a serviços de revisão legal de contas, não tendo por ela sido prestados quaisquer outros tipos de serviços.

Encontram-se em tramitação processual numa fase de produção de prova pericial dois processos judiciais relacionados com responsabilidade civil, movidos contra a SCML por duas utentes cujo valor das acções ascende em conjunto a 16.270,98€. Por entender que não há razão das queixosas nestas acções e por consequência as expectativas de eventuais responsabilidades ser muito reduzida ou nula, não foram reconhecidas provisões para processos judiciais em curso.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	11 275,96	11 275,96
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	11 275,96	11 275,96
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos	17 921,96	13 555,42
Outros Métodos	17 921,96	13 555,42
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	29 197,92	24 831,38



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

11.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	1 515 308,39	1 272 363,98
Clientes	1 064 833,83	1 157 608,28
Utentes	450 474,56	114 755,70
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Outras contas a receber	1 076 807,36	1 236 388,78
Devedores por acréscimo de rendimento	1 052 976,59	1 236 228,78
Outros	23 830,77	160,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	41 968,76
Clientes	-	41 968,76
Utentes	-	-
Total	2 592 115,75	2 550 721,52

Imparidades de Dívidas a Receber (Reversão)

Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Utentes	41 968,76	-
Total	41 968,76	-

A reversão das perdas por imparidade evidenciadas no montante 41.968,76 euros em 2018, é referente a uma dívida que se encontrava escriturada na rubrica de utentes de cobrança duvidosa que foi recuperada no exercício de 2018.

11.3. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer	24 099,91	23 780,17
...	-	-
	-	-
Total	24 099,91	23 780,17
Rendimentos a reconhecer	-	1 510,99
	-	-
...	-	-
Total	-	1 510,99



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11.4. Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
Outros Activos Financeiros	90,23	37,26
	-	-
	-	-
...	-	-
Total	90,23	37,26

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	4 758,57	25 886,51
Depósitos à ordem	1 776 323,96	1 208 642,71
Depósitos a prazo	5 504 723,61	5 052 999,01
Outros	-	-
Total	7 285 806,14	6 287 528,23

É prática da instituição a rentabilização das aplicações e uma rigorosa gestão da tesouraria, os eventuais saldos mais elevados em depósitos à ordem resultam apenas do período necessário à transferência e negociação dos mesmos.

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	612 372,87	-	-	612 372,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	12 612 966,68	1 104 066,85	-	13 717 033,53
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 781 695,42	-	(77 166,93)	1 704 528,49
Total	15 007 034,97	1 104 066,85	(77 166,93)	16 033 934,89

Os movimentos ocorridos a acrescer a rubrica “resultados transitados” são essencialmente originados pelos resultados transitados de 2017. A conta “Resultados Transitados”.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” são essencialmente originadas pela imputação dos subsídios ao investimento de acordo com a vida útil dos ativos participados.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	546 805,94	541 050,20
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	546 805,94	541 050,20

11.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	681,88	1 566,73
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	1 909,24
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	681,88	3 475,97
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 278,00	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	48 752,10	52 021,22
Segurança Social	114 962,25	104 787,58
Outros Impostos e Taxas	486,15	-
Total	166 478,50	156 808,80

11.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outos Passivos Correntes”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	750 821,69	-	696 485,11
Outros credores	-	1 428 062,29	-	1 151 512,99
Total	-	2 178 883,98	-	1 847 998,10

11.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Descrição	2018	2017
Subsídios Segurança Social	1 141 718,87	1 106 303,94
PT2020	34 172,55	-
IEFP	-	3 635,73
Camara Municipal de Lousada	1 000,00	-
Doações	24 300,62	10 424,24
...	-	-
Total	1 201 192,04	1 120 363,91

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	1 025 940,30	971 626,05
Serviços especializados	3 981 753,46	3 790 325,75
Materiais	54 070,50	67 507,73
Energia e fluidos	288 051,12	278 598,43
Deslocações, estadas e transportes	11 872,39	8 200,20
Serviços diversos (*)	263 590,46	269 681,36
Comunicação	46 722,77	48 008,61
Seguros	13 733,44	13 876,04
Limpeza Higiene e conforto	186 695,41	186 803,19
	5 625 278,23	5 385 939,52

11.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos”, nos períodos de 2018 e 2017, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	66 324,94	73 805,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 771,75	2 810,58
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	72 351,19	67 925,15
Outros rendimentos e ganhos	134 936,97	103 132,59
Juros	13 258,40	13 030,45
Total	289 643,25	260 704,14



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

11.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos”, nos períodos de 2018 e 2017, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	3 182,22	3 000,95
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	59 723,80	46 406,63
Total	62 906,02	49 407,58

11.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa para submissão à Assembleia Geral

Lousada, 8 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

(Porfírio José Moreira Teles, TOC)

Mesa Administrativa

Susana Cunha

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Lousada (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2018 (que evidencia um total de 19.901.439,73 euros e um total de fundos patrimoniais de 17.009.271,31 euros, incluindo um resultado líquido de 975.336,42 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

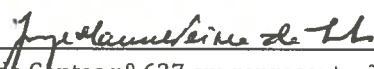
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Águeda, 08 de março de 2019

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva



Revisor Oficial de Contas nº 637 em representação de

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Empresa : Santa Casa da Misericórdia de Lousada
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 - 4620-697 LOUSADA
No Cont.: 500852510
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social, nº 8/83

Ata da Reunião do Conselho Fiscal nº 21/2019 de 14 de Março de 2019

Aos catorze dias do mês de Março de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Valência Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Lousada com a presença de todos os seus membros, os Excelentíssimos Senhores Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães, José Maria da Silva Pereira Leal e Domingos Fernando Silva Moreira e ainda os Excelentíssimos Sr. Eng. José Carlos de Bessa Machado (Provedor), o Dr. Jorge Silva (ROC) o colaborador do ROC, Dr. Celestino Araújo e a Dra. Rita Marques (Directora Geral da SCML), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Análise do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas referente ao exercício de 2018.-----

Iniciada a reunião e em cumprimento do disposto no ponto 1, alínea a) do artigo 30º do Compromisso, foi analisado o Relatório de Atividades em apreciação, o qual se constatou estar de acordo com o Plano de Actividades previsto.-----

De seguida procederam à análise da informação financeira produzida no período em causa, recorrendo para o efeito aos documentos de suporte informativo de âmbito contabilístico e financeiro, bem como os esclarecimentos complementares dados pelo Dr. Jorge Silva.-----

O Dr. Jorge Silva fez uma síntese das contas produzidas, tendo-se referido aos elementos relevantes numa análise económica e financeira detalhada. A certificação legal das contas é limpa, sem quaisquer reservas ou ênfases. Terminou a sua intervenção declarando que as peças a apresentar à Assembleia Geral respeitam a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo e transmitem uma imagem fiel e apropriada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lousada.-----

Também se constatou que a informação constante no relatório de atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e portanto somos de parecer que:-----

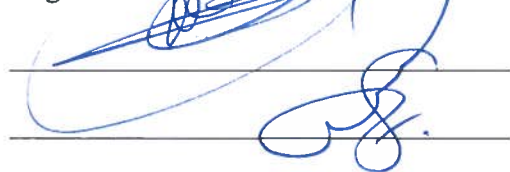
Evidenciada a clareza e a forma explícita como estão apresentadas, se aprovelem as contas que vos são apresentadas.-----

Propôs-se ainda um voto de louvor à Mesa Administrativa pelo rigor, empenho e transparência demonstrados durante o exercício da sua administração e pela dedicação dos seus membros à causa desta Instituição, extensiva a todos os colaboradores e prestadores de serviço. E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada.-----

Presidente



Vogais



Empresa: Santa Casa da Misericórdia de Lousada
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 – 4620-697 LOUSADA
No Cont.: 500852510
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social nº 8/83



Ata Mesa Administrativa nº 454

Reunião
Data: 13/03/2019

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Local: Valência Hospital Início: 18h00 Fim: 20h00 Duração: 2h30m
Presenças:
Provedor - José Carlos de Bessa Machado; Vice- Provedor - José Diogo Gonçalves Fernandes;
Tesoureiro - Adão Bernardo Peixoto Xavier; Secretário - Susana da Conceição Pacheco da
Cunha; Vogal - António José Bessa Ferreira

Temas Tratados:

Ponto Único:

Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2018.

Decisões Tomadas:

Ponto Único:

Aberta a sessão, o Sr. Provedor fez uma apreciação global das contas e respetivo relatório de atividades, chamando a atenção para o facto, de parte dos resultados das Valências Sociais serem deficitários, sendo esta suportada pelas receitas próprias da Misericórdia através do resultado positivo da Valência hospital. Feita uma análise global aos mapas apresentados, balanço, demonstração dos resultados e respetivos anexos, estes apresentam os seguintes resultados:

Rendimentos: € 11.874.884,43 (onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos);

Gastos: € 10.899.548,01 (dez milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e oito euros e um cêntimo);

Resultado Líquido do Período: € 975. 336,42 (novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis euros e quarenta e dois cêntimos). Constatou-se ainda que o valor das depreciações foi de € 572.949,31 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove euros e trinta e um cêntimos)

Relativamente às rubricas de rendimentos verifica-se um aumento de 4,31%, consequência do aumento da prestação de serviços em 3,39% e da rubrica de Subsídios e Legados à Exploração que teve durante o ano de 2018 um incremento de 7,21%, fruto do acordado no Compromisso. Com os gastos a sofrerem um incremento face a 2017 de 6,02%, o resultado líquido do período decresceu 11,66%. Esse agravamento deve-se em grande medida ao considerável crescimento dos gastos com o pessoal, para o qual contribuíram os ajustamentos relacionados com o aumento do SMN bem como a passagem da gratificação anual de 10 para 15%. Relativamente às restantes rubricas de gastos, encontram-se todas em sintonia com o crescimento do volume de

negócios e da actividade, sendo a sua gestão balizada pelas regras/políticas de rigor, contenção e racionalização. Após a análise das contas do exercício findo, foi deliberado que estas se encontravam em perfeita ordem pelo que, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, para serem presentes ao Conselho Fiscal e à Assembleia-Geral de Irmãos convocada para o próximo dia trinta de Março às 14h00m com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Leitura, discussão e votação da ata da última Assembleia Geral; 2) Apresentação de informação da Mesa Administrativa sobre a Instituição; 3) Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício de 2018, bem como do Parecer do Conselho Fiscal; 4) Autorização para alterar o teor da deliberação referente à permuta do terreno sito no Lugar do Pinheiro, União de freguesias de Silvares, Nogueira, Pias e Alvarenga, concelho de Lousada, inscrito na matriz sob o artigo 26º - U; 5) Autorização para a aquisição de três fracções a construir no terreno sito na Rua do Tojeiro, nº 27, União de freguesias de Silvares, Nogueira, Pias e Alvarenga, concelho de Lousada, inscrito na matriz sob o artigo 4050º; 6) Outros assuntos de interesse para a Instituição; 7) Leitura e votação da ata em minuta desta Assembleia Geral para efeitos imediatos. Assim e nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser devidamente assinada pelos Membros da Mesa Administrativa.

[Handwritten signatures of the members of the Administrative Table]